

RELATÓRIO ANUAL 2019



- Quem somos | Nossa história
- Missão, Visão e Valores
- Banco Global
- Recursos Humanos
- Responsabilidade Social
- Gerenciamentos de Risco
- Balanços Patrimoniais
- Demonstração de Resultado
- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstrações do Fluxo de Caixa – Método Indireto
- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
- Relatório dos Auditores Independentes
- Ouvidoria
- Endereço e Telefone

O MUFG Brasil é uma subsidiária do MUFG Bank, Ltd, maior banco japonês. Com sede em Tóquio, o MUFG Bank resulta de diversas fusões e incorporações de instituições financeiras, reconhecidas mundialmente, e integra o MUFG.

MUFG (Mitsubishi UFJ Financial Group, Inc.) é o quinto maior grupo financeiro do mundo, com 2,8 trilhões de dólares em ativos*. Sediado em Tóquio e com uma história de aproximadamente 360 anos, o MUFG possui uma rede global com 2.700 escritórios em mais de 50 países. O grupo tem mais de 180.000 funcionários e oferece serviços de banco comercial, trust, instrumentos financeiros, cartões de crédito, financiamento ao consumidor, gestão de ativos, arrendamento mercantil e outros.

*Fonte: Bloomberg, Maio 2020.

Por centenas de anos, o MUFG Bank tem ajudado seus clientes a atingir os seus objetivos financeiros. Desde o início, a organização cultiva a excelência nos relacionamentos com os clientes, por meio de atendimento personalizado e duradouro.

No Brasil, a sua trajetória começou em 1919 com a instalação, no Rio de Janeiro, da filial japonesa do Yokohama Specie Bank, posterior Bank of Tokyo. Já o Mitsubishi Bank passou a atuar no Brasil em 1950, por meio do Banco Tozan, criado em 1926 para atender à crescente demanda do café.

Em 1996, com a fusão do Mitsubishi Bank e Bank of Tokyo originou-se o The Bank of Tokyo-Mitsubishi.

Em 2006, o The Bank of Tokyo-Mitsubishi e UFJ Bank (United Financial of Japan) se unem para formar o The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd (BTMU), a maior instituição financeira do Japão e uma das maiores do mundo, com presença em mais de 50 países. No Brasil é adotado o nome Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A. (BTMU Brasil).

Em 1º de abril de 2018, uma ação corporativa global unificou as marcas das unidades operacionais do Grupo MUFG, mudando oficialmente o nome do banco de “Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd.” para “MUFG Bank, Ltd.”.

No caso do Brasil, o nome do banco mudou de Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A para Banco MUFG Brasil S.A. O novo nome realça a nossa força global como membros do MUFG, o 5º maior grupo financeiro do mundo.

O Banco MUFG Brasil S.A. possui uma gestão sólida que inspira confiança e credibilidade. Nossos quase 100 anos de atuação no País são baseados em valores que visam garantir um relacionamento forte e duradouro com nossos clientes.

MISSÃO

Ser uma instituição de força, empenhada em satisfazer as necessidades de nossos clientes, servindo à sociedade e promovendo o crescimento compartilhado e sustentável para um mundo melhor.

VISÃO

Ser o grupo financeiro mais confiável do mundo. .

VALORES

1. Integridade e responsabilidade

Ser justo, transparente e honesto.

Agir de forma responsável para satisfazer o interesse do cliente e da sociedade como um todo, construindo um relacionamento de longo prazo e retribuindo à nossa comunidade.

2. Profissionalismo e trabalho em equipe

Respeitar a diversidade da nossa equipe e incentivar um espírito de trabalho em equipe. Trabalhar para obter o nível mais alto de profissionalismo.

3. Desafio de crescimento

Adotar uma perspectiva global de antecipar as tendências e oportunidades de crescimento. Criar e sustentar um ambiente de trabalho dinâmico, onde todos possam se concentrar em fornecer um excelente serviço ao cliente e encarar novos desafios.



O MUFG Bank, Ltd. é o principal banco do Japão, com uma rede mundial que engloba mais de 50 países. A instituição oferece um escopo abrangente de produtos e serviços de atividades bancárias comerciais e de investimento para empresas, governos e pessoas físicas em todo o mundo. No continente americano, conta com unidades nos Estados Unidos, Canadá, México, Brasil, Chile, Peru, Argentina e Colômbia, atendendo principalmente clientes corporativos.

A visão do MUFG é “ser o grupo financeiro mais confiável do mundo” por meio de uma colaboração próxima entre as unidades operacionais e flexibilidade para atender a todas as necessidades financeiras dos clientes, servindo à sociedade e promovendo um crescimento compartilhado e sustentável para um mundo melhor. As ações do MUFG são negociadas nas bolsas de Tóquio, Nagoya e Nova York.

Em 2008, o MUFG Bank adquiriu 100% das ações do Union Bank, banco de varejo e atacado com sede em São Francisco (Estados Unidos) e atuação nas cidades da Califórnia, Illinois, Oregon, Texas, Nova Iorque e Washington. No mesmo ano, o grupo adquiriu participação acionária no Morgan Stanley, e hoje detém 22,4% de ações ordinárias da companhia.

No Brasil, o direcionamento é para atividades bancárias em grande escala, que contam com a força do grupo para oferecer soluções customizadas e atendimento personalizado, com a essência e tradição de um banco respeitado mundialmente.

Presente no País há 100 anos, o Banco MUFG Brasil pertence a um dos maiores grupos financeiros do mundo, MUFG – Mitsubishi UFJ Financial Group. Somos um banco global e multicultural e acreditamos na importância do relacionamento de longo prazo com nossos clientes, parceiros e colaboradores.

Com toda essa tradição e confiabilidade, contabilizamos valores globais que se fazem presentes em toda a nossa gestão:

- Integridade e Responsabilidade
- Profissionalismo e Trabalho em equipe
- Desafio do crescimento

Nos últimos anos, investimos fortemente no desenvolvimento do capital humano, privilegiando a estratégica gestão de Recursos Humanos, voltada à sustentabilidade do negócio.

Nossos direcionamentos estratégicos para as ações em gestão de pessoas são:

- Educação como base para o desenvolvimento individual e do Banco
- Desenvolvimento organizacional e do indivíduo
- Atração e retenção de talentos
- Remuneração e reconhecimento como uma fonte de motivação básica, mas não única
- Cultura híbrida como identidade organizacional
- Clima interno como agente de evolução

Estamos sempre em busca de profissionais e jovens talentos que acreditam em nossos valores, que possuam capacidade de propor soluções criativas e tenham o prazer de atuar em um ambiente multicultural e de alto desempenho.

O Banco MUFG Brasil, membro do Mitsubishi UFJ Financial Group (MUFG), possui uma longa história de serviços prestados à comunidade.

Cumprimos o nosso compromisso de cidadania por meio de iniciativas de Responsabilidade Socioambiental, do oferecimento de um local de trabalho dinâmico para nossos colaboradores, do estabelecimento de relações éticas com nossos clientes e do apoio às comunidades nas quais operamos.

O MUFG é signatário do mais importante protocolo de finanças sustentáveis do mundo, os Princípios do Equador, além de outros como o Acordo Global ONU; Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP FI); Princípios para Investimento Responsável (PRI); Princípios de Ação Financeira para o Século XXI; Projeto de Carbono Divulgado (CPD); e Pacto Mata Atlântica. Esses protocolos orientam o desenvolvimento de negócios de forma social e ambientalmente responsável.

Criamos oportunidades de protagonismo social para os funcionários, ao mesmo tempo em que fortalecemos a conexão do banco com as comunidades, visando promover um crescimento compartilhado e sustentável para um mundo melhor.

O compromisso Socioambiental é uma diretriz cada vez mais forte em nossas práticas de gestão e na relação com os clientes, com a sociedade e com os funcionários. Um dos exemplos disso é o MUFG Gives Back, um programa global de voluntariado que mobiliza funcionários e seus familiares em todo o mundo, e que se baseia em dois princípios fundamentais: a preservação ambiental e o desenvolvimento das gerações futuras.

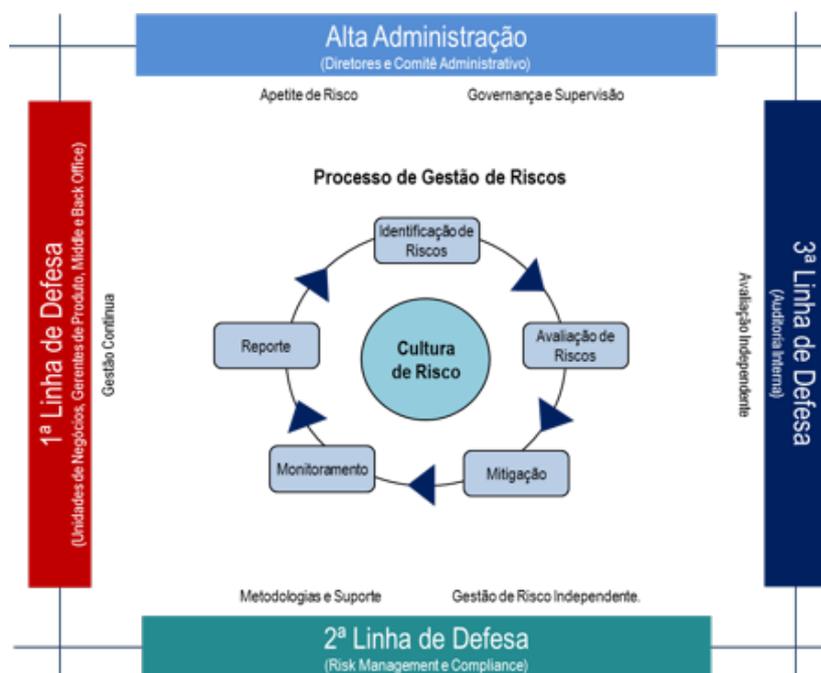
No Brasil, o Gives Back envolve anualmente cerca de 400 pessoas, entre funcionários do Banco, seus familiares e amigos, ONGs e entidades sociais que se mobilizam em uma rede de solidariedade e apoiam entidades e



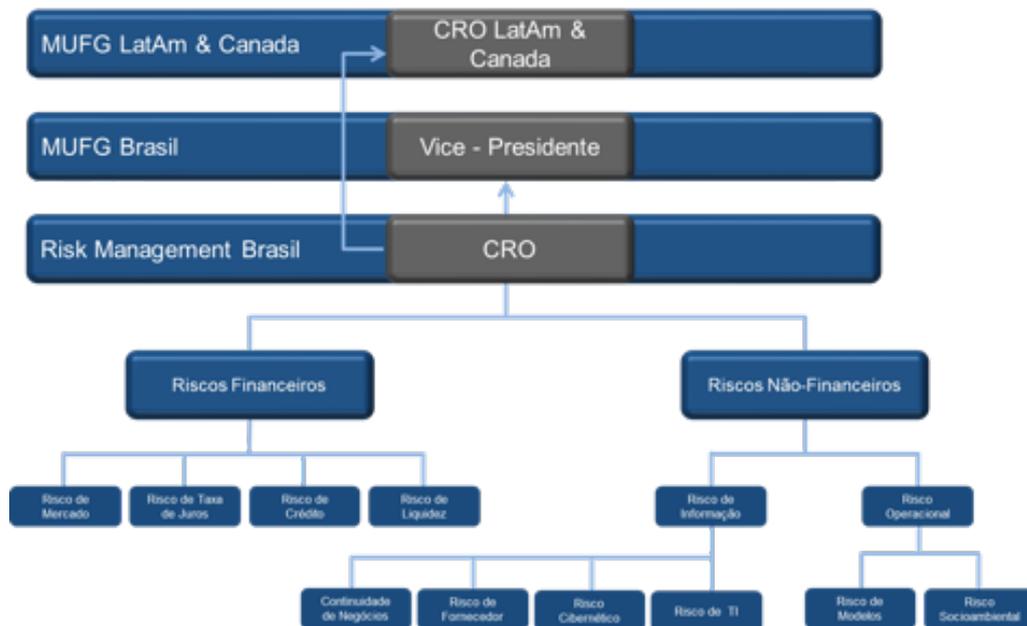
projetos sociais. Entre as ações já realizadas pelo Gives Back destacam-se: a revitalização da Escola Municipal José Honório Rodrigues, na Zona Leste de São Paulo, o projeto Cinema na Praça, em Pedra Bela (SP), o Projeto Semente das Águas e a Escola Municipal Pedro Rodrigues do Carmo, ambos em Duque de Caxias (RJ); a revitalização da Unidade Rural da APAE, em Mogi das Cruzes, do Lar Agrícola A Semente, em Cotia, do Centro de Promoção Social Bororé, no Grajaú (SP), da Associação ACORDE, em Embu das Artes (SP), do Circo Escola Bom Jesus, no Butantã (SP), e da Instituição Pró + Vida, em Mogi das Cruzes (SP). Ao todo cerca de 2800 pessoas, entre crianças, jovens e adultos, já foram beneficiadas diretamente pelas iniciativas de voluntariado.

O Banco MUFG Brasil está comprometido em promover e sustentar uma estrutura abrangente, forte e proativa de gerenciamento de riscos com governança apropriada dotada para alcançar o equilíbrio entre risco e retorno, respeitando os princípios de segurança e solidez. Além disso, visa o cumprimento da Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017 do Banco Central do Brasil.

A estrutura de governança de risco do MUFG Brasil (conforme figura abaixo) abrange processos de gerenciamento de risco para definir o apetite ao risco e identificar, mensurar, controlar, monitorar e reportar riscos assumidos pelo MUFG Brasil. Essa estrutura integra esses processos à governança e aos papéis distintos e complementares das três linhas de defesa do MUFG Brasil sendo: (1) A Primeira Linha de Defesa representada pelas Unidades de Negócios da Linha de Frente e Unidades de Negócios de Suporte relacionadas (coletivamente chamadas de “Unidades de Negócios”), (2) A Segunda Linha de Defesa é representada por Risk Management e Compliance e a (3) Terceira Linha de Defesa, que é representada pela Auditoria Interna. Como Primeira Linha de Defesa, é esperado que as Unidades de Negócio possam atuar em um ambiente de riscos conhecido e transparente e que sejam responsáveis pelos riscos decorrentes de suas atividades. A Segunda Linha de Defesa fornece análise e desafio independente em relação ao gerenciamento de riscos executado pela primeira linha. A Terceira Linha de Defesa efetua avaliações independentes.



A estrutura de gerenciamento de Riscos do MUFG foi estabelecida conforme organograma abaixo:



A estrutura acima visa identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar os riscos considerados relevantes pela instituição:

- Risco de Crédito;
- Risco de Mercado;
- Risco de Taxa de Juros;
- Risco de Liquidez;
- Risco Operacional;
- Risco de Informação.

Risco de Crédito

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito estabelece os princípios e práticas para: identificar e agregar exposições, mensurar o perfil de risco, estabelecer o apetite ao risco e limites/diretrizes de concentração para controlar, monitorar e reportar o risco de crédito. Os principais componentes da estrutura de risco de crédito incluem: Cálculo e agregação de exposição, classificações com base em scorecard (ou seja, probabilidade de inadimplência), perda por inadimplência e teste de estresse.

O objetivo do gerenciamento do risco de crédito é estabelecer uma base sólida de informações por meio de controles de risco e gestão das carteiras de forma proativa e contínua, de tal forma que o Banco possa tomar as medidas necessárias e de forma tempestiva a fim de evitar ou minimizar as perdas em seus ativos.

Risco de Mercado

A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado permite ao MUFG Brasil identificar e capturar todas as suas exposições a riscos de mercado, bem como, definir a melhor abordagem para gerenciar e monitorar essas exposições de risco, dados seus objetivos de negócios e financeiros. Os componentes da estrutura de risco de mercado incluem apetite ao risco, mensuração, infraestrutura do sistema, relatórios, governança e políticas, normas e procedimentos.

Risco de Taxa de Juros

A estrutura fornece supervisão das atividades de gerenciamento de risco de taxa de juros relacionadas ao MUFG Brasil. A estrutura de gerenciamento de risco de taxa de juros estabelece limites, cenários consistentes de estresse e promove a conscientização dos impactos da taxa de juros nas atividades de negócios do MUFG Brasil por meio de mensuração e monitoramento.

IRRBB (Interest Rate Risk in the Banking Book): Risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Risco de Liquidez

Para gerenciamento do risco de liquidez, o Banco possui suas próprias (a) metodologias de previsão de fluxo de caixa, (b) cenários, premissas e modelos de teste de estresse de liquidez, (c) mensuração de buffers de liquidez, (d) planos de financiamento para contingências, bem como, o monitoramento intraday de liquidez e garantia. O monitoramento e os relatórios de liquidez são baseados nas metodologias mencionadas acima. A Segunda Linha de Defesa fornece desafios efetivos, valida, testa os modelos e estabelece limites, quando apropriado.

Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento de risco operacional é composta por frameworks desenhados para identificar, mensurar, controlar e monitorar riscos operacionais de maneira consistente. Os principais frameworks incluem RCSA, captura de perdas, avaliação de risco de produtos e serviços, bem como, gerenciamento de riscos de terceiros. Além disso, a exposição da empresa ao Risco Operacional é monitorada por meio de relatórios e indicadores de riscos.

Risco de Modelos

A estrutura de gerenciamento de risco do modelo define os controles usados para o gerenciamento de riscos de modelo. Os controles incluem componentes para identificar, mensurar, controlar, monitorar e reportar o risco de modelos de maneira consistente com as orientações regulatórias sobre o gerenciamento do mesmo.

- End User Computing (EUC) e Planilhas Críticas

O Banco estabelece a estrutura para as ferramentas desenvolvidas no formato de EUC e Planilhas Críticas, bem como, os padrões a serem adotados para que estas sejam mantidas de forma segura, que tenham continuidade, que proporcionem precisão nos resultados, que sejam desenvolvidas com a tecnologia adequada e que principalmente melhorem o ambiente de controle do Banco MUFG Brasil S.A (“Banco”).

Os processos definidos por esta estrutura incluem questões como desenvolvimento, documentação, controles, testes e certificações baseadas no tipo de ferramenta utilizada e de acordo com a classificação do seu risco.

Risco de Informação

A Estrutura de Gerenciamento de Risco da Informação estabelece uma filosofia com princípios e práticas para proteger a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos ativos de informação e tecnologia. Especificamente, o IRM Framework engloba processos para definir o apetite ao risco de informações, identificar, mensurar, controlar, monitorar e reportar os riscos de informação.

O Gerenciamento de Risco de Informação abrange: risco de segurança cibernética, risco de tecnologia, risco de terceiros e risco de continuidade de negócios.

Risco Cibernético

Falhar em proteger adequadamente ativos críticos de negócios, produtos e serviços contra a ameaça representada por um ataque cibernético, pode afetar negativamente os clientes, além de, constituir em uma violação de leis e regulamentações que afetam negativamente a reputação, a marca e a estabilidade financeira da organização.

Estrutura de Gerenciamento de Risco de Capital

O Banco MUFG Brasil S.A. reconhece que seu Capital deve ser gerenciado para proporcionar práticas bancárias seguras, conforme exigido pelo regulador, assim como financiar adequadamente o crescimento do Banco e proporcionar um retorno compatível com o esperado pelos acionistas. Dessa forma, para gerenciar e monitorar efetivamente o controle de Capital, bem como a avaliação das necessidades de Capital dados os riscos incorridos pela instituição, o MUFG Brasil estabeleceu uma estrutura de gerenciamento de capital, que define os processos de gerenciamento de Capital.

Em atendimento à Resolução nº 4.557 do Banco Central do Brasil de 23 de fevereiro de 2017, o Banco MUFG Brasil S.A. indicou em 26 de Junho de 2017 um Diretor Estatutário responsável pelo Gerenciamento de Capital, hoje função do Vice Presidente com a função de Chief Operating Officer (“COO”), e mantém uma Política de Gerenciamento de Capital, revisada anualmente, onde é definida a estrutura de gerenciamento de Capital, e diretrizes para elaboração do Plano de Capital e Plano de Contingência de Capital.

Em reunião de diretoria realizada em 01 de junho de 2020, o Banco MUFG Brasil aprovou a nova Política de Gerenciamento de Capital Institucional e promoveu a transferência da responsabilidade sobre a estrutura de gerenciamento de Capital da área de Riscos para Departamento Business Unit and Control Office & Reporting (“BURCO”), área esta sob a gestão do COO e, responsável por controles de riscos na primeira linha de defesa e segregada da área de negociação e da unidade executora da atividade de auditoria interna do Banco MUFG Brasil S.A..

Além de BURCO, a Estrutura de Gerenciamento de Risco de Capital conta também com o apoio dos Departamentos de Finance, Risk Management e Planning, assim como das áreas de negócios, que devem prover as

informações necessárias para o controle e monitoramento contínuo sobre o Capital assim como atualização, elaboração e/ou revisão do Plano de Capital e Plano de Contingência de Capital.

Como diretrizes para as atividades de gerenciamento de capital, o Banco MUFG Brasil estabelece que a Estrutura de Gerenciamento de Capital deva:

- a) garantir a aderência às leis, regulamentos e normas vigentes e adotar as melhores práticas de gerenciamento de Capital, em consonância com as normas do seu acionista majoritário, o MUFG Bank, Ltd., as normas locais do Banco MUFG Brasil S.A. e das autoridades reguladoras;
- b) assegurar a utilização de sistemas eficazes para controlar a aderência à Política de Capital, buscando a identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos, associados a cada unidade do Banco MUFG Brasil S.A. no país;
- c) manter as políticas e estratégias para o Gerenciamento de Riscos de Capital claramente documentadas, além de estabelecer mecanismos e procedimentos destinados a manter o Capital compatível com os riscos incorridos pela instituição;
- d) prover simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no Capital;
- e) prover relatório gerencial acerca de adequação de Capital para a Diretoria do MUFG Brasil, em decorrência das políticas e estratégias adotadas;
- f) manter um Plano de Capital com projeções de Capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos, detalhando suas principais fontes de Capital e da manutenção de um Plano de Contingência de Capital.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de reais - R\$)

| [Anterior](#) | [Índice](#) | [Próximo](#) |

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Ativo		2019	2018	Passivo		2019	2018
Circulante		20.752.605	22.585.619	Circulante		21.389.693	23.609.817
Disponibilidades	(Nota 4)	20.821	16.340	Depósitos	(Nota 11)	1.850.290	2.324.025
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 5)	3.167.535	4.600.616	Depósitos à vista		127.511	73.648
Aplicações no mercado aberto		3.132.997	4.580.463	Depósitos a prazo		1.722.779	2.250.377
Aplicações em depósitos interfinanceiros		18.416	-	Captações no mercado aberto	Nota 11)	540.021	-
Aplicações em moedas estrangeiras		16.122	20.153	Carteira própria		540.021	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		2.077.834	520.012	Recursos de aceites e emissão de títulos		-	51.024
Carteira própria	(Nota 6)	359.977	-	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		-	51.024
Vinculados a compromissos de recompra	(Nota 6)	188.128	-	Relações interdependências		28.981	29.254
Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 19)	72.368	90.872	Recursos em trânsito de terceiros		28.981	29.254
Vinculados a prestação de garantias	(Nota 6)	1.457.361	429.140	Obrigações por empréstimos	(Nota 12)	3.225.129	4.255.265
Relações interfinanceiras		3.381	1.904	Empréstimos no exterior		3.225.129	4.255.265
Créditos vinculados				Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	(Nota 12)	23.526	64.484
Depósitos no Banco Central		3.381	1.904	BNDES		481	1.134
Operações de crédito	(Nota 7)	221.561	558.285	Finame		13.148	12.334
Setor privado		221.974	560.369	Outras instituições		9.897	51.016
(Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa)		(413)	(2.084)	Obrigações por repasses do exterior	(Nota 12)	75.619	312.907
Outros créditos		15.257.004	16.882.397	Repasses do exterior		75.619	312.907
Carteira de câmbio	(Nota 13a)	15.154.328	16.639.178	Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 19)	349.014	244.225
Rendas a receber		4.406	2.108	Instrumentos financeiros derivativos		349.014	244.225
Negociação e intermediação de valores	(Nota 19)	6.316	4.634	Outras obrigações		15.297.113	16.038.836
Diversos	(Nota 8)	93.252	237.526	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		107	282
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	(Nota 7)	(1.298)	(1.049)	Carteira de câmbio	(Nota 13b)	14.780.979	16.038.836
Outros valores e bens		4.469	6.065	Sociais e estatutárias		250.114	1.833
Despesas antecipadas		4.469	6.065	Fiscais e previdenciárias	(Nota 14)	127.675	142.303
				Negociação e intermediação de valores	(Nota 19)	81.563	37.670
				Diversas	(Nota 17)	56.675	107.709

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

| [Anterior](#) | [Índice](#) | [Próximo](#) |

		2019	2018			2019	2018
Ativo Não Circulante		2.720.450	3.481.491	Passivo Não Circulante		857.327	1.017.148
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 5)	82.305	54.654	Captações no mercado aberto	(Nota 11)	-	93.870
Aplicações em depósitos interfinanceiros		82.305	54.654	Carteira própria		-	93.870
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		1.465.653	2.308.010	Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	(Nota 12)	46.475	97.424
Carteira própria	(Nota 6)	35.779	427.838	BNDES		-	478
Vinculados a compromissos de recompra	(Nota 6)	349.486	94.099	Finame		21.499	16.244
Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 19)	19.407	40.279	Outras instituições		24.976	80.702
Vinculados a prestação de garantias	(Nota 6)	1.060.981	1.745.794	Obrigações por repasses do exterior	(Nota 12)	362.763	360.806
Operações de crédito	(Nota 7)	786.806	858.161	Repasses do exterior		362.763	360.806
Operações de crédito Setor privado		787.595	860.520	Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 19)	277.405	342.983
(Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa)		(789)	(2.359)	Instrumentos financeiros derivativos		277.405	342.983
Outros créditos		383.712	257.664	Outras obrigações		170.684	122.065
Carteira de câmbio	(Nota 13a)	-	3.970	Carteira de câmbio	(Nota 13b)	-	4.196
Rendas a receber		806	1.451	Diversas	(Nota 17)	170.684	117.869
Diversos	(Nota 8)	382.997	252.345	Resultados de exercícios futuros		2.696	1.673
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	(Nota 7)	(91)	(102)	Patrimônio líquido	(Nota 18)	1.261.830	1.500.020
Outros valores e bens		1.974	3.002	Capital		853.071	853.071
Despesas antecipadas	1.974		3.002	De domiciliados no País		4.445	4.445
Permanente		38.491	61.548	De domiciliados no exterior		848.626	848.626
Investimentos		1	1	Reservas de capital		5.103	5.103
Outros investimentos		196	196	Reservas de lucros		417.584	654.859
(Provisões para perdas)		(195)	(195)	Ajustes de avaliação patrimonial		(9.874)	(8.959)
Imobilizado de uso	(Nota 9a)	15.798	26.660	(Ações em tesouraria)		(4.054)	(4.054)
Imóveis de uso		19.938	32.351	Total do passivo e patrimônio líquido		23.511.546	26.128.658
Outras imobilizações de uso		31.320	33.321				
(Depreciações acumuladas)		(35.460)	(39.012)				
Intangível	(Nota 9b)	22.692	34.887				
Ativos intangíveis		58.162	75.282				
(Amortização acumulada)		(35.470)	(40.395)				
Total do ativo		23.511.546	26.128.658				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

[Anterior](#) | [Índice](#) | [Próximo](#)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto lucro líquido por ação)

		2º Semestre	Exercício	
		2019	2019	2018
Receitas da intermediação financeira		381.406	614.666	1.286.142
Operações de crédito		76.148	128.854	147.068
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		219.403	429.165	509.536
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		85.855	56.647	322.535
Resultado de operações de câmbio		-	-	307.003
Despesas da intermediação financeira		(256.534)	(349.868)	(984.766)
Operações de captação no mercado		(55.321)	(121.414)	(188.890)
Operações de empréstimos e repasses		(124.152)	(150.733)	(803.354)
Resultado de operações de câmbio		(79.374)	(80.724)	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(Nota 7f)	2.313	3.003	7.478
Resultado bruto da intermediação financeira		124.872	264.798	301.376
Outras receitas (despesas) operacionais		(105.323)	(213.624)	(202.513)
Receitas de prestação de serviços	(Nota 24a)	13.797	26.148	34.606
Rendas de tarifas bancárias	(Nota 24a)	428	871	1.066
Despesas de pessoal	(Nota 24b)	(61.086)	(128.506)	(129.812)
Outras despesas administrativas	(Nota 24c)	(42.894)	(80.560)	(75.992)
Despesas tributárias	(Nota 24d)	(13.888)	(28.345)	(24.766)
Outras receitas operacionais	(Nota 24e)	6.085	11.542	11.256
Outras despesas operacionais	(Nota 24f)	(7.765)	(14.774)	(18.871)
Resultado operacional		19.549	51.174	98.863
Resultado não operacional	(Nota 24g)	(8.109)	(10.887)	3.305
Resultado antes da tributação sobre o lucro		11.440	40.287	102.168
Imposto de renda e contribuição social		(9.795)	(26.810)	(48.272)
Provisão para imposto de renda	(Nota 21)	(20.410)	(41.147)	(25.279)
Provisão para contribuição social	(Nota 21)	(12.046)	(24.255)	(19.844)
Ativo fiscal diferido - Impostos e contribuições		22.661	38.592	(3.149)
Lucro líquido do semestre / exercício		1.645	13.477	53.896
Quantidade de ações em circulação (por lote de mil ações)	(Nota 18)	4.331.521	4.331.521	4.331.521
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		0,38	3,11	12,44

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais - R\$)

| [Anterior](#) | [Índice](#) | [Próximo](#) |

	Reservas de capital			Reservas de lucro		Ajustes de avaliação patrimonial			Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
	Capital Social	Ágio por subscrição de ações	Outras reservas de capital	Legal	Estatutária	Disponíveis para venda	Benefícios à empregados				
Saldos em 31 de dezembro de 2017	853.071	4.947	156	39.010	565.003	336	(5.018)	-	(4.054)	1.453.451	
Ajuste de avaliação patrimonial - Disponíveis para venda (Nota 6)	-	-	-	-	-	(362)	-	-	-	(362)	
Ajuste de avaliação patrimonial - Benefício a empregados (Nota 23)	-	-	-	-	-	-	(3.915)	-	-	(3.915)	
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores (Nota 18)	-	-	-	-	5	-	-	-	-	5	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	53.896	-	53.896	
Destinação do lucro:											
Reserva legal	-	-	-	2.695	-	-	-	(2.695)	-	-	
Dividendos (Nota 18)	-	-	-	-	-	-	-	(3.055)	-	(3.055)	
Transferência para reserva estatutária	-	-	-	-	48.146	-	-	(48.146)	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	853.071	4.947	156	41.705	613.154	(26)	(8.933)	-	(4.054)	1.500.020	
Mutações do exercício	-	-	-	2.695	48.151	(362)	(3.915)	-	-	46.569	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	853.071	4.947	156	41.705	613.154	(26)	(8.933)	-	(4.054)	1.500.020	
Ajuste de avaliação patrimonial - Disponíveis para venda (Nota 6)	-	-	-	-	-	(1.772)	-	-	-	(1.772)	
Ajuste de avaliação patrimonial - Benefício a empregados (Nota 23)	-	-	-	-	-	-	857	-	-	857	
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores (Nota 18)	-	-	-	-	12	-	-	-	-	12	
Distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados de exercícios fiscais anteriores (Nota 18)	-	-	-	-	(250.000)	-	-	-	-	(250.000)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	13.477	-	13.477	
Destinação do lucro:											
Reserva legal	-	-	-	673	-	-	-	(673)	-	-	
Dividendos (Nota 18)	-	-	-	-	-	-	-	(764)	-	(764)	
Transferência para reserva estatutária	-	-	-	-	12.040	-	-	(12.040)	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	853.071	4.947	156	42.378	375.206	(1.798)	(8.076)	-	(4.054)	1.261.830	
Mutações do exercício	-	-	-	673	(237.948)	(1.772)	857	-	-	(238.190)	
Saldos em 30 de junho de 2019	853.071	4.947	156	42.296	623.731	(666)	(8.933)	-	(4.054)	1.510.548	
Ajuste de avaliação patrimonial - Disponíveis para venda (Nota 6)	-	-	-	-	-	(1.132)	-	-	-	(1.132)	
Ajuste de avaliação patrimonial - Benefício a empregados (Nota 23)	-	-	-	-	-	-	857	-	-	857	
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores (Nota 18)	-	-	-	-	5	-	-	-	-	5	
Distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados de exercícios fiscais anteriores (Nota 18)	-	-	-	-	(250.000)	-	-	-	-	(250.000)	
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	1.645	-	1.645	
Destinação do lucro:											
Reserva legal	-	-	-	82	-	-	-	(82)	-	-	
Dividendos (Nota 18)	-	-	-	-	-	-	-	(93)	-	(93)	
Transferência para reserva estatutária	-	-	-	-	1.470	-	-	(1.470)	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	853.071	4.947	156	42.378	375.206	(1.798)	(8.076)	-	(4.054)	1.261.830	
Mutações do semestre	-	-	-	82	(248.525)	(1.132)	857	-	-	(248.718)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais - R\$)

[Anterior](#) | [Índice](#) | [Próximo](#)

	2º Semestre	Exercício	
	2019	2019	2018
	(414.364)	(408.150)	377.721
Caixa gerado / (utilizado) nas atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre / exercício	1.645	13.477	53.896
Ajustes ao lucro líquido:	26.201	52.700	55.824
(Reversão) / Constituição de provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 7f)	(2.313)	(3.003)	(7.477)
(Reversão) / Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre garantias prestadas (Nota 16)	(593)	1.480	3.319
Depreciações e amortizações (Nota 24c)	7.516	15.256	14.582
Baixa de sistema - ativo intangível (Nota 24g)	4.920	4.920	-
Baixa de imobilizado de uso (Nota 24g)	3.232	6.015	-
Ganho na alienação de imobilizado de uso (Nota 24g)	-	-	(1.833)
Atualização de depósitos judiciais (Nota 15)	(3.424)	(7.582)	(8.454)
(Reversão) / Constituição de provisões cíveis, trabalhistas e fiscais (Nota 15)	5.411	9.272	13.532
Imposto de renda e contribuição social s/ lucro líquido (Diferido e Corrente) (Nota 21)	9.795	26.810	48.272
Variação nos resultados de exercícios futuros	1.664	1.023	328
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(7)	(1.491)	(6.445)
Lucro líquido ajustado	27.846	66.177	109.720
Variação nos ativos operacionais:	(1.381.203)	2.190.379	(5.040.349)
(Aumento) / Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	4.592	988.734	(38.884)
(Aumento) / Redução em títulos e valores mobiliários e derivativos	(315.044)	(717.238)	301.904
(Aumento) em relações interfinanceiras e interdependências	(9.307)	(1.750)	(7.723)
(Aumento) / Redução em operações de crédito	208.145	411.320	(714.209)
(Aumento) / Redução em outros créditos e outros valores e bens	(1.269.589)	1.509.313	(4.581.437)
Variação nos passivos operacionais:	938.993	(2.664.706)	5.308.350
(Redução) em depósitos	(319.534)	(473.735)	(717.211)
(Redução) / Aumento em captações no mercado aberto	188.851	446.151	(60.179)
(Redução) / Aumento em obrigações de letras de crédito do agronegócio	-	(51.024)	51.024
(Redução) / Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	(338.524)	(1.357.373)	1.771.421
(Redução) / Aumento em instrumentos financeiros derivativos	87.930	39.212	(38.434)
(Redução) / Aumento em outras obrigações	1.331.556	(1.221.024)	4.339.035
Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.286)	(46.913)	(37.306)
Caixa utilizado nas atividades de investimentos	(1.294)	(3.085)	(11.182)
Alienação de imobilizado de uso	-	-	1.472
Aquisição de imobilizado de uso	(195)	(821)	(5.500)
Aplicação no intangível	(1.099)	(2.264)	(7.154)
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	(671)	(2.471)	(3.786)
Dividendos pagos	(671)	(2.471)	(3.786)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(416.329)	(413.706)	362.753
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre / exercício	3.591.598	3.587.491	3.218.293
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	7	1.491	6.445
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre / exercício	3.175.276	3.175.276	3.587.491
Aumento / (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	(416.329)	(413.706)	362.753

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

| [Anterior](#) | [Índice](#) | [Próximo](#) |

1. Contexto operacional

O Banco MUFG Brasil S.A. (“Banco”), situado na Av. Paulista, 1274, São Paulo, Brasil, desenvolve as atividades permitidas às instituições bancárias e opera como instituição financeira múltipla com: Carteira Comercial, de Investimento, de Crédito, Financiamento e Investimento e Carteira de Câmbio.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e em consonância com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. As demonstrações financeiras estão em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração para divulgação em 10 de março de 2020.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração de resultado

A apuração de resultado é reconhecida para fins contábeis pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

b. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos

significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, provisão para obrigação atuarial e valorização de instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Essas estimativas são revistas pelo menos anualmente, buscando-se determinar valores que mais se aproximem de futuros valores de liquidação dos ativos ou passivos considerados.

c. Ativos e passivos, circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “pro-rata” dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os demais ativos e passivos são considerados como não circulante.

d. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

As carteiras de títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos estão demonstrados pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

• Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas conforme a Circular BACEN Nº 3.068/01, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

I. Títulos para negociação – títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados.

Os títulos classificados como para negociação são apresentados no curto prazo, independentemente de seu vencimento, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida no resultado do período.

II. Títulos disponíveis para venda – títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados no resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais serão reconhecidos no resultado quando da efetiva venda dos respectivos títulos.

III. Títulos mantidos até o vencimento – títulos e valores mobiliários para os quais existem intenção e capacidade financeira do Banco em mantê-los em carteira até o vencimento.

Os títulos classificados como mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor da aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro-rata” dia, os quais estão registrados no resultado do período, sendo registradas provisões para perdas sempre que houver perda permanente no valor de realização de tais títulos e valores mobiliários.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o Banco não possui títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento.

• Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data da sua aquisição, de acordo com a intenção do Banco em utilizá-lo como instrumento de proteção “*hedge*” ou não, conforme a Circular BACEN nº 3.082/02.

As operações que utilizam instrumentos financeiros que não atendem aos critérios de proteção são registradas pelo seu correspondente valor de mercado, computando-se a valorização ou desvalorização decorrente de tal ajuste ao valor de mercado em adequada conta de receita ou despesa.

Os derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos “*hedge*”, são classificados como:

I. “Hedge” de risco de mercado – são destinados a mitigar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de “*hedge*”.

Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com

os ganhos e as perdas realizadas, reconhecidos no resultado do período.

II. “Hedge” de fluxo de caixa – são destinados a mitigar a variação no fluxo de caixa futuro estimado.

A parcela efetiva de “*hedge*” dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva é reconhecida diretamente no resultado do período.

O Banco não possui operações de “*Hedge*” de fluxo de caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

e. Operações de crédito, provisões para operações de crédito de liquidação duvidosa e avais e fianças prestadas

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração, fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e não vencidas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras, e na política de avaliação de risco da Administração do Banco, observando os parâmetros estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As provisões para operações de crédito de liquidação duvidosa, conforme demonstrado na Nota 7c, são consideradas suficientes pela Administração, atendem ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

Conforme Nota 16, as provisões para avais e fianças, estão adequadas de acordo com os modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes avaliados pela Administração.

Considera-se renegociação a composição de dívida, a prorrogação, a novação, a concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique na alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas, conforme Resolução CMN nº 2.682/99.

f. Ativo permanente

Investimentos – Os títulos patrimoniais são avaliados pelo custo da aquisição, deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas.

Imobilizado de Uso – Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, que são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas são: 4% para imóveis de uso- edificações; 10% para instalações, móveis e equipamentos, sistemas de segurança e de comunicação e 20% para sistema de processamento de dados e transporte.

Ativo intangível – correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

g. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros – (“*impairment*”)

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por “*impairment*” são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por “*impairment*”.

h. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240 (lucro semestral de R\$ 120). A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% para o período compreendido entre setembro de 2015 a dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019 sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda. Também é observada a prática contábil de constituição de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias conforme Nota 21. A partir de dezembro de 2019 passamos a constituir Crédito Tributário à alíquota de 45% (alíquota de 20% de contribuição

social sobre lucro líquido), conforme artigo 32 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

i. Negociação e intermediação de valores

As negociações e intermediações de valores são demonstradas pelos saldos das operações realizadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão pendentes de liquidações dentro dos prazos regulamentares ou de vencimento dos contratos.

j. Riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando o Banco tem uma obrigação presente ou não formalizada (obrigação construtiva) como resultado de eventos passados, e que seja provável a saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado confiavelmente.

Quando há um grupo de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada pelo Banco, levando-se em consideração o grupo de obrigações como um todo.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação é reconhecido na conta “Outras despesas operacionais” e a reversão são reconhecidas na conta “Outras receitas operacionais”.

k. Benefícios pós-emprego

O Banco é patrocinador da Previda Sociedade de Previdência Privada (“Previda”), um plano de benefício complementar, de benefício definido, administrado pelo Multipensions Bradesco Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada. A obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano, juntamente com ajustes referentes ao custo do serviço e de juros.

A obrigação relativa a benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando método de unidade de crédito projetada. Os ganhos

e perdas atuariais são reconhecidos em ajustes de avaliação patrimonial. Os custos de serviços correntes e passados, bem como custo e receita de juros são reconhecidos na demonstração do resultado, na conta de “Despesas de pessoal”.

O plano de benefício definido foi fechado para novos integrantes em agosto de 2013. Atualmente, o Banco é patrocinador de um plano de previdência complementar, de contribuição definida, administrado pelo Multipensions Bradesco Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada, Fitprev Plano de Benefícios de Contribuição Definida (“Fitprev”) para aqueles que não aderiram ao Plano de benefício definido e para os seus funcionários e administradores, admitidos após o fechamento do plano Previdada.

4. Composição do caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo intervalo entre a data da aquisição e a data de vencimento da operação é igual ou inferior a 90 dias, de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a risco insignificante de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o caixa e equivalentes de caixa apresentados na demonstração dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	2019	2018
No início do exercício	<u>3.587.491</u>	<u>3.218.293</u>
Disponibilidades	16.340	19.776
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.571.151	3.198.517
No final do exercício	<u>3.175.276</u>	<u>3.587.491</u>
Disponibilidades	20.821	16.340
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	3.154.455	3.571.151

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez consideradas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 – Demonstração do Fluxo de Caixa são compostas por operações compromissadas no montante de R\$ 3.132.997 (2018 – R\$ 3.550.998), aplicações em depósitos interfinanceiros no montante de R\$ 5.336 (2018 – R\$ 0) e aplicações em moedas estrangeiras no montante de R\$ 16.122 (2018 – R\$ 20.153), conforme Nota 4.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

| [Anterior](#) | [Índice](#) | [Próximo](#) |

				2019	2018
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Aplicações no mercado aberto (*)	3.132.997	=	=	3.132.997	4.580.463
Posição bancada	3.132.997	=	=	3.132.997	4.580.463
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	2.999
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	-	-	1.029.465
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	3.132.997	-	-	3.132.997	3.547.999
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.336	13.080	82.305	100.721	54.654
Certificado de Depósito Interfinanceiro	5.336	13.080	82.305	100.721	54.654
Aplicações em moedas estrangeiras	16.122	=	=	16.122	20.153
Aplicações em moedas estrangeiras	16.122	-	-	16.122	20.153

(*) Prazo de vencimento apresentado demonstra o vencimento do lastro e não o vencimento da operação compromissada.

6. Títulos e valores mobiliários

a. Abertura por categoria / vencimento

Categoria				2019	2018
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Títulos para negociação	-	-	3.662	3.662	-
Títulos disponíveis para venda	586.323	1.415.481	1.446.246	3.448.050	2.696.871
Total Geral	586.323	1.415.481	1.449.908	3.451.712	2.696.871

b. Abertura por tipo de título

Negociação				2019	2018
	Valor da curva	Valor de mercado	Ajuste	Valor de mercado	
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.649	3.662	13	-	
Subtotal	3.649	3.662	13	-	
Disponíveis para venda				2019	2018
	Valor da curva	Valor de mercado	Ajuste	Valor de mercado	
Letras do Tesouro Nacional - LTN ("Hedge") (Nota 20)	419.099	429.643	10.544	429.140	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.403.169	2.403.141	(28)	2.267.731	
Letras Financeiras - LF	354.405	351.702	(2.703)	-	
Debêntures	264.103	263.564	(539)	-	
Subtotal	3.440.776	3.448.050	7.274	2.696.871	
Total Geral	3.444.425	3.451.712	7.287	2.696.871	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

| [Anterior](#) | [Índice](#) | [Próximo](#) |

Para os títulos e valores mobiliários categorizados como “títulos disponíveis para venda”, a avaliação a valor de mercado é efetuada descontando-se o fluxo futuro a valor presente pelas curvas de taxas de juros construídas por área independente da área de negócios e que segue metodologia própria e as melhores práticas de mercado, de acordo com as características específicas de cada título, baseando-se principalmente em dados divulgados pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão e ANBIMA. O ajuste de marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos disponíveis para venda” é reconhecido no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

Os títulos classificados “para negociação” são avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período e são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

Os títulos públicos encontram-se custodiados junto ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC e títulos privados são custodiados na CETIP S/A – Mercados Organizados.

Conforme descrito na Nota 3d, o Banco registrou, em rubrica contábil constante do patrimônio líquido, como ajuste de marcação ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários categorizados como “títulos disponíveis para venda” no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, perda no montante de R\$ 1.798 (2018 – perda de R\$ 26), líquido dos efeitos tributários. O ajuste de avaliação ao valor justo das aplicações em Letras do Tesouro Nacional objeto de “*hedge*”, estão registradas no resultado, vide Nota 20.

O resultado com títulos e valores mobiliários destinados como objeto de “*hedge accounting*” no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 5.541 (2018 – R\$ (2.165)), registrado na demonstração de resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

| [Anterior](#) | [Índice](#) | [Próximo](#) |

Valores depositados em garantia

Tipo de Título	2019		2018
	Quantidade	Valor	Valor
Letras do Tesouro Nacional - LTN ("Hedge")	414.452	396.080	429.140
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	202.703	2.122.262	1.745.794
Total Geral	617.155	2.518.342	2.174.934

7. Operações de crédito

a. Composição da carteira de crédito e de outros créditos por nível de risco e setor econômico

	2019			2018	
	Operações de crédito				
	Comércio	Indústria	Outros serviços	Total	Total
AA	230.955	418.401	351.962	1.001.318	1.304.314
B	-	6.128	-	6.128	99.923
C	1.060	-	-	1.060	-
D	-	1.063	-	1.063	16.652
Subtotal	232.015	425.592	351.962	1.009.569	1.420.889

	Outros créditos - Carteira de câmbio / Aquisição de crédito sem coobrigação (*)				
	Comércio	Indústria	Outros serviços	Total	Total
	AA	51.651	115.420	234.152	401.223
A	104.498	-	-	104.498	-
B	-	14.723	-	14.723	-
D	-	-	-	-	3.523
Subtotal	156.149	130.143	234.152	520.444	756.291
Total Geral	388.164	555.735	586.114	1.530.013	2.177.180

(*) Aquisição de crédito sem coobrigação está classificado no Balanço Patrimonial em Outros créditos – Diversos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

| [Anterior](#) | [Índice](#) | [Próximo](#) |

b. Composição da carteira de crédito e de outros créditos por produto e faixa de vencimento

Produto / Vencimento	A vencer			2019	2018
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
	Capital de giro	43.262	63.383	334.646	441.291
Conta garantida	-	-	-	-	6.275
Repasse de empréstimo Res. CMN nº 3844/10	-	-	-	-	1.922
Financiamentos BNDES e Fname	400	3.550	31.242	35.192	30.217
Financiamentos à exportação	-	91.365	406.614	497.979	733.384
Financiamentos rurais	-	20.014	15.093	35.107	132.234
ACC / ACE	273.851	93.669	-	367.520	595.620
Aquisição de crédito sem coobrigação	-	51.651	101.273	152.924	160.671
Total Geral	317.513	323.632	888.868	1.530.013	2.177.180

c. Composição da provisão por níveis de risco

De acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, apresentamos a seguir a composição da carteira de operações de crédito e de outros créditos com os correspondentes níveis de risco:

Total de Operações - 2019						
Nível de Risco	% Provisão mínima requerida	Créditos de curso normal	Total de créditos	Provisão mínima requerida	Total da provisão	% Efetivo de provisão
AA	-	1.402.541	1.402.541	-	1.262	0,09
A	0,50	104.498	104.498	522	742	0,71
B	1,00	20.851	20.851	209	405	1,94
C	3,00	1.060	1.060	32	63	5,94
D	10,00	1.063	1.063	106	119	11,19
Total Geral		1.530.013	1.530.013	869	2.591	

Total de Operações - 2018							
Nível de Risco	% Provisão mínima requerida	Créditos de curso normal	Créditos em atraso	Total de créditos	Provisão mínima requerida	Total da provisão	% Efetivo de provisão
AA	-	2.057.077	5	2.057.082	-	2.057	0,10
B	1,00	99.923	-	99.923	999	1.259	1,26
D	10,00	20.175	-	20.175	2.018	2.278	11,29
Total Geral		2.177.175	5	2.177.180	3.017	5.594	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

[| Anterior](#) | [Índice](#) | [Próximo](#) |

A provisão constituída pelo Banco é superior à provisão mínima requerida conforme a Resolução CMN nº 2.682/99, devido ao critério de provisão determinado pela matriz (MUFG Bank, Ltd.), aplicado pelo Banco, que reflete a perspectiva de perda da Administração. A alocação entre os ratings correspondem ao intervalo de provisionamento definido na Resolução CMN nº 2.682/99.

d. Concentração dos maiores devedores

	2019			2018		
	Saldo	% Carteira	Provisões	Saldo	% Carteira	Provisões
Maior cliente	282.045	18	254	311.034	14	311
10 seguintes maiores clientes	1.017.499	67	1.564	1.401.918	65	2.347
Demais clientes	<u>230.469</u>	<u>15</u>	<u>773</u>	<u>464.228</u>	<u>21</u>	<u>2.936</u>
Total Geral	<u>1.530.013</u>	<u>100</u>	<u>2.591</u>	<u>464.228</u>	<u>100</u>	<u>5.594</u>

e. Operações ativas vinculadas

As informações relativas a operações ativas vinculadas realizadas na forma prevista na Resolução CMN nº 2.921/02 estão demonstradas abaixo:

	2019		2018	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Operações ativas vinculadas	<u>428.300</u>	<u>24.509</u>	<u>664.346</u>	<u>15.994</u>
Operações de crédito	428.300	24.509	664.346	15.994
Obrigações por operações ativas vinculadas	<u>(427.930)</u>	<u>(22.481)</u>	<u>(663.958)</u>	<u>(15.038)</u>
Obrigações por repasse do exterior	(427.930)	(22.481)	(663.958)	(15.038)
Resultado líquido das operações vinculadas	-	<u>2.028</u>	-	<u>956</u>

	2019		2018	
	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Operações ativas vinculadas				
Operações de crédito	60.608	367.692	428.300	664.346
Total Geral	<u>60.608</u>	<u>367.692</u>	<u>428.300</u>	<u>664.346</u>

Em 31 de dezembro de 2019 o Banco não registrou inadimplência por parte dos credores e não identificou questionamento judicial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

[| Anterior](#) | [Índice](#) | [Próximo](#) |

f. Movimentação da provisão

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi a seguinte durante o semestre / exercício:

	2º Semestre	Exercício	
	2019	2019	2019
Saldo inicial	4.904	5.594	13.071
Constituição de provisão	942	3.284	3.897
Reversão de provisão	(3.255)	(6.287)	(11.374)
Saldo final	2.591	2.591	5.594
% da provisão sobre a carteira de créditos e outros créditos	0,17	0,17	0,26

g. Outras informações

	2º Semestre	Exercício	
	2019	2019	2019
Créditos renegociados	483.712	923.986	697.115

As operações renegociadas são compostas substancialmente, por renovação nas operações de capital de giro e aquisição de crédito sem coobrigação.

No semestre findo em 31 de dezembro de 2019 foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$ 12.469 (2018 – R\$ 0), totalizando no exercício o montante de R\$ 31.021 (2018 – R\$ 9.046).

8. Outros créditos - Diversos

	2019	2019
Devedores por depósito em garantia	226.335	240.855
Adiantamentos e antecipações salariais	351	739
Créditos tributários s/diferenças temporárias (Nota 21)	68.621	60.465
Impostos e contribuições a compensar	27.932	26.944
Títulos e créditos a receber (com característica de operação de crédito)	152.924	160.671
Devedores diversos - país	50	19
Pagamentos a ressarcir	36	174
Outros	-	4
Total Geral	476.249	489.871

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

| [Anterior](#) | [Índice](#) | [Próximo](#) |

9. Ativo permanente

a. Imobilizado de uso

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 houve baixa referente a diversas benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros no valor líquido de R\$ 6.066 (2018 – R\$ 0).

	Custo		Depreciação acumulada		Valor líquido	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Terrenos	1.183	1.183	-	-	1.183	1.183
Edificações	18.755	31.168	14.092	18.723	4.663	12.445
Instalações, móveis e equipamentos de uso	6.451	7.093	4.434	4.251	2.017	2.842
Sistema de processamento de dados	19.095	20.435	12.902	12.281	6.193	8.154
Sistemas de transporte	718	850	527	592	191	258
Sistema de segurança	3.291	3.291	2.192	1.890	1.099	1.401
Sistema de comunicação	1.527	1.565	1.313	1.275	214	290
Imobilizações em curso	<u>238</u>	<u>87</u>	-	-	<u>238</u>	<u>87</u>
Total Geral	<u>51.258</u>	<u>65.672</u>	<u>35.460</u>	<u>39.012</u>	<u>15.798</u>	<u>26.660</u>

b. Ativos intangíveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 houve baixa de sistema - ativo intangível no valor líquido de R\$ 4.920 (2018 – R\$ 0).

	Custo		Amortização acumulada		Valor líquido	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais	53.106	65.267	35.470	40.395	17.636	24.872
Em curso	<u>5.056</u>	<u>10.015</u>	-	-	<u>5.056</u>	<u>10.015</u>
Total Geral	<u>58.162</u>	<u>75.282</u>	<u>35.470</u>	<u>40.395</u>	<u>22.692</u>	<u>34.887</u>

10. Transações com partes relacionadas

Para o Banco, partes relacionadas são definidas como sendo o MUFG Bank, Ltd. (controlador) e dependências, acionistas, empresas a eles ligadas, seus administradores e demais membros do pessoal chave da Administração e seus familiares.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

[| Anterior](#) | [Índice](#) | [Próximo](#) |

	2019		2018	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades em moedas estrangeiras	19.140	(133.152)	14.067	197.190
MUFG: Bank (New York Branch)	7.837	-	7.422	-
MUFG: Bank (London Branch)	5.229	-	1.268	-
MUFG Bank, Ltd.	2.770	-	5.203	-
MUFG: Bank (Hong Kong Branch)	3.025	-	31	-
MUFG Bank Mexico, S.A.	241	-	106	-
MUFG: Bank (Singapore Branch)	19	-	18	-
Bank of Ayudhya Public Company Limited	19	-	19	-
- variação cambial	-	(133.152)	-	197.190
Aplicações interfinanceiras de liquidez em M/E	16.120	(7.037)	15.500	24.277
MUFG: Bank (New York Branch)	16.120	(7.037)	15.500	24.277
- juros	-	885	-	1.023
- variação cambial	-	(7.922)	-	23.254
Operações de Swap	56	(105)	825	1.166
MUFG: Bank (New York Branch)	56	(105)	825	1.166
- rendas de operações com derivativos	-	945	-	4.909
- despesas de operações com derivativos	-	(1.050)	-	(3.743)
Depósito à vista	(80.067)	-	(2.974)	-
MUFG Bank, Ltd.	(80.067)	-	(2.974)	-
Obrigações por empréstimos e repasses	(3.662.381)	(148.353)	(4.928.978)	(794.656)
MUFG: Bank (New York Branch)	(3.302.377)	(115.649)	(4.495.690)	(678.836)
- juros	-	(111.017)	-	(92.672)
- variação cambial	-	(4.632)	-	(586.164)
MUFG Bank, Ltd.	(360.004)	(32.704)	(433.288)	(115.820)
- juros	-	(11.354)	-	(13.921)
- variação cambial	-	(21.350)	-	(101.899)
Dividendos a pagar	(249.308)	-	(1.799)	-
MUFG Bank, Ltd.	(249.308)	-	(1.799)	-
Prestação de serviços (Recebimentos e Pagamentos)	1.011	8.233	(1.187)	18.904
MUFG: Bank (New York Branch)	1.186	8.493	(1.162)	18.975
- Recebimentos	3.241	17.328	1.115	25.833
- Provisão de pagamentos	(2.055)	(8.835)	(2.277)	(6.858)
MUFG Bank, Ltd.	(175)	(260)	(25)	(71)

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos acionistas realizada em 26 de abril de 2017 foi estabelecido os honorários anuais globais da Diretoria e do Conselho Consultivo tendo por limite o valor máximo de R\$ 20.196 a serem distribuídos entre os Diretores e/ou Conselheiros Consultivos.

	2º Semestre		Exercício
	2019	2019	2018
Remuneração fixa	3.110	6.078	5.674
Remuneração variável	<u>1.912</u>	<u>3.516</u>	<u>3.994</u>
Total Geral	<u>5.022</u>	<u>9.594</u>	<u>9.668</u>

O pagamento de remuneração variável aos administradores está de acordo com a Resolução CMN nº 3.921/2010, sendo então diferido no período de, no mínimo três anos, e estabelecido em função dos riscos e da atividade do administrador.

A quantidade de ações mantidas pela Diretoria é de 10.618 ações (2018 – 10.618), que representam 0,000243743% da totalidade.

O Banco não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave da administração.

b. Outras informações

Conforme legislação em vigor, o Banco não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau.
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%.
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Acionista controlador do Banco.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a quaisquer entes e pessoas acima listadas.

Nota: O Banco não possui Conselhos Administrativo e Fiscal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

[Anterior](#) | [Índice](#) | [Próximo](#)

11. Depósitos e captações

					2019
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
À Vista	1127.511	-	-	-	127.511
A prazo (*)	-	199.871	565.903	957.005	1.722.779
Operações compromissadas	-	<u>540.021</u>	-	-	<u>540.021</u>
Total Geral	<u>127.511</u>	<u>739.892</u>	<u>565.903</u>	<u>957.005</u>	<u>2.390.311</u>
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
À Vista	73.648	-	-	-	73.648
A prazo (*)	-	339.136	960.013	951.228	2.250.377
Operações compromissadas	-	-	-	93.870	93.870
Letras de crédito do agronegócio	-	<u>51.024</u>	-	-	<u>51.024</u>
Total Geral	<u>73.648</u>	<u>390.160</u>	<u>960.013</u>	<u>1.045.098</u>	<u>2.468.919</u>

(*) São classificados no Balanço Patrimonial no Passivo Circulante devido às características de liquidez diária.

12. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses referem-se a captações em moeda estrangeira e são atualizadas pela variação cambial acrescida de “spread”, acordado entre as partes.

	2019	2018
MUFG: Bank (New York Branch)	<u>3.302.377</u>	<u>4.495.690</u>
Captação externa na forma da Resolução CMN nº 3.844, com vencimento até maio de 2023	436.355	673.713
Captação externa na forma da Resolução CMN nº 3.844 “ <i>hedge accounting</i> ”, com vencimento até julho de 2019 (Nota 20)	-	2.694.326
Outras obrigações em moeda estrangeira, com vencimento até janeiro de 2020	2.866.022	1.127.651
MUFG Bank, Ltd.	<u>360.004</u>	<u>433.288</u>
Financiamento de operação de comércio exterior, com vencimento até agosto de 2020	357.977	433.288
Captação externa na forma da Resolução CMN nº 3.844, com vencimento até junho de 2020	2.027	-
Barclays Bank Plc - London	<u>1.130</u>	-
Outras obrigações em moeda estrangeira, com vencimento até janeiro de 2020	1.130	-
Instituições oficiais - BNDES e FUNCAFÉ	<u>70.001</u>	<u>161.908</u>
Repasses no país com vencimento até agosto de 2027	70.001	161.908
Total Geral	<u>3.733.512</u>	<u>5.090.886</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

| [Anterior](#) | [Índice](#) | [Próximo](#) |

13. Carteira de câmbio

a. Outros créditos – Ativo

	2019	2018
Câmbio comprado a liquidar	7.750.865	8.970.652
Direitos sobre venda de câmbio	7.402.774	7.676.433
Adiantamento em moeda nacional recebidos	(1.467)	(7.979)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	<u>2.156</u>	<u>4.042</u>
Total Geral	<u>15.154.328</u>	<u>16.643.148</u>

b. Outras obrigações – Passivo

	2019	2018
Câmbio vendido a liquidar	7.331.466	7.688.940
Obrigações por compras de câmbio	7.814.877	8.945.636
Adiantamento sobre contratos de câmbio	(365.364)	(591.578)
Valores em moedas estrangeiras a pagar	-	<u>34</u>
Total Geral	<u>14.780.979</u>	<u>16.043.032</u>

14. Fiscais e previdenciárias

	2019	2018
Provisão de IRPJ e CSLL	65.402	45.632
Provisão de IRPJ e CSLL diferido (Nota 21)	57.180	89.724
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	128	202
Impostos e contribuições sobre salários	3.451	3.803
Outros impostos (Federais)	1.222	2.767
Outros impostos (Municipais)	<u>292</u>	<u>175</u>
Total Geral	<u>127.675</u>	<u>142.303</u>

15. Ativos e passivos relacionados a contingências trabalhistas, cíveis e fiscais

As provisões para passivos contingentes e fiscais são reconhecidas nas demonstrações financeiras na rubrica “Outras Obrigações – Diversas” quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, independentemente de existirem depósitos judiciais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

[| Anterior](#) | [Índice](#) | [Próximo](#) |

As obrigações legais decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os depósitos judiciais estão registrados em “Outros créditos – Diversos” (Nota 8).

As provisões trabalhistas referem-se a ações ajuizadas pelos ex-funcionários e prestadores de serviços. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando características individuais de cada ação.

2019						
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários						
	Saldo inicial	Adição à provisão de provisão	Reversão	Utilização	Saldo final	Depósitos Judiciais
Trabalhistas	18.625	5.401	(1.403)	(6.866)	15.757	3.455
Cíveis	25.806	1.233	-	(175)	26.864	-
Fiscais	<u>126.088</u>	<u>4.496</u>	<u>(455)</u>	<u>(202)</u>	<u>129.927</u>	<u>205.747</u>
IRPJ/CSLL (i)	46.812	1.085	-	-	47.897	124.625
COFINS (ii)	77.535	2.662	-	-	80.197	79.821
ISS	1.607	113	(455)	(202)	1.063	668
Outros	134	636	-	-	770	633
Total Geral	<u>170.519</u>	<u>11.130</u>	<u>(1.858)</u>	<u>(7.243)</u>	<u>172.548</u>	<u>209.202</u>

2018						
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários						
	Saldo inicial	Adição à provisão de provisão	Reversão	Utilização	Saldo final	Depósitos Judiciais
Trabalhistas	16.629	6.892	(655)	(4.241)	18.625	3.339
Cíveis	22.696	3.194	-	(84)	25.806	-
Fiscais	<u>122.033</u>	<u>4.443</u>	<u>(342)</u>	<u>(46)</u>	<u>126.088</u>	<u>199.330</u>
IRPJ/CSLL (i)	45.558	1.254	-	-	46.812	121.537
COFINS (ii)	74.438	3.097	-	-	77.535	77.164
ISS	1.515	92	-	-	1.607	629
Outros	522	-	(342)	(46)	134	-
Total Geral	<u>161.358</u>	<u>14.529</u>	<u>(997)</u>	<u>(4.371)</u>	<u>170.519</u>	<u>202.669</u>

(i) Refere-se, principalmente, a obrigação legal relativa à discussão judicial relacionada à cobrança de IRPJ e CSLL, decorrente das rendas a apropriar de operações de crédito em liquidação de exercícios anteriores. O Banco aderiu ao programa instituído pela Lei 11.941/09 (Programa REFIS) desistindo da discussão judicial. Todavia essa discussão ainda não foi transitada em julgado, portanto, não houve impacto contábil.

(ii) Refere-se à obrigação legal relativa ao tributo de COFINS onde o Banco discute a Lei 9.718/98.

Existem outros processos de natureza fiscais e trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, atualizado no montante de R\$ 103.739 (2018 – R\$ 99.994) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, e são compostos basicamente pelos seguintes casos:

- Ações trabalhistas - R\$ 7.772 (2018 – R\$ 11.610): As contingências classificadas como possíveis são baseadas nas análises dos assessores jurídicos responsáveis pela condução dos casos.
- Devolução de valores de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – R\$ 35.983 (2018 – R\$ 34.638): Trata-se de Mandado de Segurança impetrado com o objetivo de assegurar o direito do Banco não ser compelido ao recolhimento do IRPJ, da CSLL, do PIS e da COFINS sobre os valores já recebidos e aqueles a serem recebidos a título de juros indenizatórios, por força dos indêbitos tributários reconhecidos nas ações ordinárias, especialmente para recuperar os indêbitos tributários àqueles títulos mediante compensação ou restituição administrativas a serem promovidas depois do encerramento do Mandado de Segurança ora impetrado.
- Compensação Art.74 Lei 9.430/96 e Lei 10.637/02 - COFINS (02/1998 a 12/2000) – R\$ 27.631 (2018 – R\$ 27.161): Trata-se de Mandado de Segurança para garantir o direito do Banco de proceder a compensação dos valores indevidamente recolhidos a título de COFINS no período de 02/1999 a 12/2000, nos termos do artigo 74 da lei nº 9.430/96, com redação dada pela lei nº 10.637/2002, acrescidos da taxa de juros Selic, conforme determinado pela lei nº 9.250, de 27/12/1995.
- Ademais o Banco possui outros processos de natureza fiscal de risco possível totalizando R\$ 32.353 (2018 – R\$ 26.585) incluindo processos de ISS, IRRF, CPMF entre outros. O Banco possui depósito judicial associados a estes processos fiscais no montante de R\$ 2.765 em 31 de dezembro de 2019 (2018 – R\$ 2.774).
- O Banco possui outros depósitos judiciais de processos de natureza fiscais no montante de R\$ 14.368 (2018 – R\$ 35.412) cuja probabilidade de perda das causas é remota.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

| [Anterior](#) | [Índice](#) | [Próximo](#) |

16. Provisão para garantias prestadas e outras coobrigações

As provisões para garantias financeiras prestadas e outras coobrigações são reconhecidas nas demonstrações financeiras na rubrica “Outras Obrigações – Diversas” vide Nota 17. Referem-se a valores relativos a garantias financeiras prestadas e créditos abertos para importação de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.512/16.

	2º Semestre		Exercício
	2019	2019	2018
Saldo inicial	7.101	5.028	1.709
Constituição de provisão	660	2.737	3.457
Reversão de provisão	(1.253)	(1.257)	(138)
Saldo final	6.508	6.508	5.028

	2019		2018	
	Garantias prestadas	Provisão	Garantias prestadas	Provisão
Vinculados a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	44.699	40	14.712	15
Vinculadas ao fornecimento de mercadorias	58.483	804	78.365	460
Outras fianças bancárias	778.431	5.664	950.297	4.550
Créditos abertos para importação	-	-	3.430	3
Total Geral	881.613	6.508	1.046.804	5.028

17. Outras obrigações – Diversas

	2019	2018
Provisão para contingências (Nota 15)	172.548	170.519
Provisão para garantias financeiras prestadas e outras coobrigações (Nota 16)	6.508	5.028
Provisão para pagamentos a efetuar - despesas de pessoal	23.490	27.429
Provisão para pagamentos a efetuar - prestação de serviços de partes relacionadas	2.230	2.302
Provisão para pagamentos a efetuar - outros pagamentos	3.372	2.703
Passivos atuariais (Nota 23)	12.349	13.110
Credores diversos - país	6.862	4.487
Total Geral	227.359	225.578

18. Patrimônio líquido

O capital social é representado por 4.356.234.893 (2018 – 4.356.234.893) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo 13.599.844 (2018 – 13.599.844) de ações de acionistas residentes no país, 24.714.392 (2018 – 24.714.392) ações em tesouraria e 4.317.920.657 (2018 – 4.317.920.657) ações de residentes no exterior, sendo que em 31 de dezembro de 2019 o valor patrimonial ajustado de cada ação foi de R\$ 0,29 (2018 – R\$ 0,35).

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo de 6% do lucro líquido, calculados sobre o total de ações em circulação, descontando o percentual de ações em tesouraria.

Em reunião da Diretoria realizada em 20 de dezembro de 2019, houve a deliberação sobre a declaração e a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados dos exercícios fiscais anteriores no montante total de R\$ 250.000 (2018 – R\$ 0), em conformidade com o permissivo constante no Parágrafo Sexto do Artigo 17 (dezessete) do Estatuto Social, sujeita a posterior ad referendum da Assembleia Geral Ordinária. A distribuição dos dividendos ocorreu no dia 17 de janeiro de 2020.

No semestre findo em 31 de dezembro de 2019 foi destacado o montante de R\$ 250.093, totalizando o montante de R\$ 250.764 no exercício (2018 – R\$ 3.055), sendo que R\$ 250.000 a título de distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados dos exercícios fiscais anteriores.

Caso o acionista não efetue o resgate do dividendo no prazo de 3 anos a partir da data de distribuição, o valor é revertido para o Patrimônio líquido. No semestre findo em 31 de dezembro de 2019 foi revertido o valor de R\$ 5, totalizando o montante de R\$ 12 no exercício (2018 – R\$ 5).

As reservas de capital são compostas pela reserva de ágio por subscrição de ações e a reserva de ágio na alienação de ações em tesouraria.

A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

A reserva estatutária corresponde à transferência dos recursos contabilizados na conta de lucros acumulados, para formação de capital de giro e manutenção de margem operacional conforme previsto no estatuto.

19. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco possui como política a minimização de riscos de mercado resultantes de suas operações por meio da utilização de instrumentos derivativos. A administração dos riscos de mercado é efetuada por área independente, que se utiliza de práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos “gaps” de liquidez, dentre outras práticas que permitem o acompanhamento dos riscos de oscilações nos preços de ativos, nas taxas de juros e outros fatores que podem afetar as posições das carteiras do Banco nos diversos mercados onde atua. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados como “*hedge*” possuem sempre risco de crédito igual ou superior àquele do instrumento financeiro coberto.

O valor de mercado dos “swaps” é apurado considerando o fluxo de caixa estimado de cada uma de suas pontas, descontando a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

As operações a termo são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão de fluência dos prazos dos contratos, até a data do balanço.

Negociação e intermediação de valores – operações de futuros: os ajustes diários são contabilizados em conta de ativo e passivo e apropriados diariamente como receitas e despesas. Em 31 de dezembro de 2019, o ajuste diário dessas operações no balanço patrimonial foi de R\$ (75.247) (2018 – R\$ (33.036)) e nas demonstrações do resultado foi de R\$ 323.163 (2018 – R\$ 1.449.865).

As operações de futuros são negociados e custodiados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão e as operações de “Swap” e NDF são custodiados na Cetip S.A. – Mercados Organizados.

As garantias dadas nas operações de instrumentos financeiros derivativos junto à B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão são representadas por títulos públicos federais e totalizam R\$ 2.164.212 (2018 – R\$ 1.858.743), registradas como vinculados à prestação de garantias.

Em 31 de dezembro de 2019, as posições em instrumentos financeiros derivativos eram representadas como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

| [Anterior](#) | [Índice](#) | [Próximo](#) |

	2019			
Valor Referencial	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
FUTUROS	<u>7.735.300</u>	<u>5.420.683</u>	<u>3.073.079</u>	<u>16.229.062</u>
Compra	5.376.423	4.855.349	2.532.920	12.764.692
Cupom cambial	4.039.231	4.270.374	2.461.366	10.770.971
Moeda estrangeira	1.337.192	-	-	1.337.192
Taxa de juros	-	584.975	71.554	656.529
Venda	<u>2.358.877</u>	<u>565.334</u>	<u>540.159</u>	<u>3.464.370</u>
Cupom cambial	-	-	27.680	27.680
Moeda estrangeira	1.971.781	81.041	-	2.052.822
Taxa de juros	387.096	484.293	512.479	1.383.868
SWAP	<u>636.923</u>	<u>4.738.364</u>	<u>2.829.227</u>	<u>8.204.514</u>
CDI X US\$	140.980	4.326.943	2.545.082	7.013.005
CDI X EURO	88.532	-	-	88.532
CDI X Libor	142.735	13.081	-	155.816
US\$ X CDI	-	-	269.845	269.845
Libor X US\$	163.126	-	-	163.126
PRÉ X CDI	101.550	-	14.300	115.850
PRÉ X US\$	-	374.159	-	374.159
Libor X PRÉ	-	24.181	-	24.181
NDF	<u>526.067</u>	<u>875.770</u>	<u>20.504</u>	<u>1.422.341</u>
Posição comprada	<u>86.500</u>	<u>816.599</u>	<u>20.504</u>	<u>923.603</u>
Dólar	85.691	815.780	20.504	921.975
Franco Suíço	809	819	-	1.628
Posição vendida	<u>439.567</u>	<u>59.171</u>	-	<u>498.738</u>
Dólar	436.159	56.479	-	492.638
Euro	1.633	2.692	-	4.325
Ien	1.775	-	-	1.775

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

| [Anterior](#) | [Índice](#) | [Próximo](#) |

	2018			
Valor Referencial	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
FUTUROS	<u>3.775.107</u>	<u>6.597.414</u>	<u>5.693.016</u>	<u>16.065.537</u>
Compra	2.264.050	5.981.549	5.361.626	13.607.225
Cupom cambial	226.714	5.978.673	5.309.619	11.515.006
Moeda estrangeira	2.031.868	-	-	2.031.868
Taxa de juros	5.468	2.876	52.007	60.351
Venda	<u>1.511.057</u>	<u>615.865</u>	<u>331.390</u>	<u>2.458.312</u>
Moeda estrangeira	1.506.575	-	-	1.506.575
Taxa de juros	4.482	615.865	331.390	951.737
SWAP	<u>280.038</u>	<u>2.956.073</u>	<u>5.439.250</u>	<u>8.675.361</u>
CDI X US\$	185.301	2.794.973	4.725.937	7.706.211
CDI X PRÉ	10.041	-	-	10.041
CDI X Libor	29.350	-	168.896	198.246
Libor X US\$	-	-	163.126	163.126
PRÉ X CDI	-	-	115.850	115.850
PRÉ X US\$	-	161.100	218.951	380.051
Libor X PRÉ	55.346	-	46.490	101.836
Libor X PRÉ	-	24.181	-	24.181
NDF	<u>484.201</u>	<u>235.807</u>	<u>5.020</u>	<u>725.028</u>
Posição comprada	<u>171.114</u>	<u>136.733</u>	-	<u>307.847</u>
Dólar	152.597	135.981	-	288.578
Euro	17.774	-	-	17.774
Franco Suíço	743	752	-	1.495
Posição vendida		99.074	5.020	417.181
Dólar	<u>313.087</u>	<u>40.911</u>	<u>2.844</u>	<u>225.411</u>
Euro	181.656	2.161	2.176	6.001
Ien	1.664	56.002	-	183.211
Renminbi Hong Kong	127.209	-	-	2.558

20. “Hedge” – “Hedge” de risco de mercado

O Banco adota a política de proteção em consonância com suas políticas de gestão de risco. Estas operações de “hedge” são realizadas em conformidade com a Circular BACEN nº 3.082/2002, que exige avaliação periódica de efetividade de “hedge” e o registro a mercado tanto do instrumento financeiro derivativo como do item objeto de “hedge”, considerando tratar-se de uma operação de “hedge” de valor justo.

O Banco possui contratos de futuros utilizados como instrumento de “hedge”, em estratégia de “hedge” de valor justo.

Os objetos de “hedge” são títulos e valores mobiliários inicialmente designados como disponíveis para venda, obrigações por empréstimos no exterior e operações compromissadas.

As estratégias de “hedge” visam proteger o Banco contra:

Estratégia 1: Risco de variação cambial e risco de variação na taxa de juros para pagamentos de principal e juros, referente às captações de recursos contraídas no exterior indexados pela moeda norte americana.

Estratégia 2: Risco de variação na taxa de juros pela compra de títulos públicos federais a taxa de juros pré-fixada.

A efetividade verificada na carteira de “hedge” encontra-se em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

| [Anterior](#) | [Índice](#) | [Próximo](#) |

Instrumento / Operação	2019		2018	
	Estratégia 1	Estratégia 2	Estratégia 1	Estratégia 2
Instrumento de "hedge" de valor justo	Operações de futuros contratadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão	Operações de futuros contratadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão	Operações de futuros contratadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão	Operações de futuros contratadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão
Objeto de "hedge" de valor justo	Captações em moeda norte americana	Letras do Tesouro Nacional (títulos públicos)	Captações em moeda norte americana	Letras do Tesouro Nacional (títulos públicos)
Valor justo do instrumento de "hedge"	-	(429.708)	2.676.157	(429.162)
Valor justo do objeto de "hedge"	-	429.643 (*)	(2.675.707)	429.140
Valor justo 1º dia diferido do objeto de "hedge"	-	-	(12.716)	-
Ganho (perda) referente ao instrumento de "hedge"	52.436	(38.556)	165.924	(34.354)
Ganho (perda) referente ao objeto de "hedge"	(51.213)	38.648	(165.548)	34.332
Taxa de efetividade	99,99%	100%	100%	99%

(*) A diferença entre o saldo apresentado na Nota 12 refere-se ao imposto de renda e receitas a apropriar da diferença do 1º dia.

Instrumentos de "Hedge"	2019		2018	
	Valor referencial	Valor MTM	Valor referencial	Valor MTM
Contratos de futuros - DDI	-	-	2.675.498	-
Contratos de futuros - DI	429.628	-	429.056	-
Total Futuros	429.628	-	3.104.554	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

[| Anterior](#) | [Índice](#) | [Próximo](#) |

21. Imposto de renda e contribuição social

Os encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações dos exercícios são demonstrados a seguir:

	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social (IRPJ/CSLL)	40.287	102.168
Efeito de IRPJ/CSLL das adições permanentes	39.909	38.909
Despesas de contribuições filantrópicas	569	554
Despesas associativas	313	360
Despesas empresa cidadã	138	251
Despesa de pessoal - viagem	484	109
Subcapitalização	17.470	14.827
Despesas de aluguéis - outras	449	177
Despesa swap internacional - parte relacionada	-	47
Bônus diretoria	3.516	3.995
Despesa de serviço técnico especializado – assessoria técnica – “transfer pricing”	6.131	8.888
Recuperação de crédito	-	9.045
Juros sobre levantamento de depósito judicial	9.668	-
Outras despesas indedutíveis	971	656
Prejuízo na alienação de bens imobilizados	200	-
Efeito de IRPJ/CSLL das adições temporárias	133.513	48.340
Ajustes futuros (DI e DDI) e derivativos MTM	100.352	30.688
Atualização de provisão para passivos contingentes	5.494	7.222
Outras diferenças temporárias	27.667	10.430
Efeito de IRPJ/CSLL das exclusões permanentes	(397)	(2.150)
Reversão de provisão operacional	(397)	-
Lucro na alienação de valores e bens	-	(2.150)
Efeito de IRPJ/CSLL das exclusões temporárias	(48.098)	(82.920)
Ajustes futuros (DI e DDI) e derivativos MTM	(5.541)	(66.773)
Atualização de depósitos judiciais	(6.905)	(7.763)
Outras diferenças temporárias	(35.652)	-
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	165.214	104.347
Imposto de renda e contribuição social (alíquota vigente)	(65.535)	(46.133)
(-) Incentivos fiscais: Lei Rouanet / Empresa cidadã	133	501
Crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa	-	-
Créditos tributários de IRPJ e CSLL – valores diferidos	37.692	(3.149)
Ajuste exercícios anteriores	527	509
Efeito da Majoração alíquota CSLL (Crédito Tributário CSLL)	373	-
Total do imposto de renda e contribuição social efetiva	(26.810)	(48.272)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

[| Anterior](#) | [Índice](#) | [Próximo](#) |

O Banco constitui crédito tributário decorrente de diferenças temporárias de acordo com as condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.059/02 e posteriormente alterada pela Resolução CMN nº 3.355/06.

A partir de dezembro de 2019 passamos a constituir Crédito Tributário à alíquota de 45%, conforme artigo 32 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.

a. Constituição de créditos tributários sobre diferenças temporárias

	2019		2018	
	Diferenças temporárias	Crédito tributário	Diferenças temporárias	Crédito tributário
Provisões para operações de crédito	1.202	541	4.443	1.777
Provisões para outros créditos	1.389	625	1.150	460
Provisão para pagamentos a efetuar Previdá	14.683	6.607	14.888	5.955
Provisão para bônus	11.126	5.007	12.219	4.888
Provisão para contingências trabalhistas	15.757	7.091	18.624	7.450
Provisão para avais e fianças	6.508	2.929	5.028	2.011
Provisão participação nos lucros e resultados	1.346	606	1.979	791
Provisão para pagamentos a efetuar	5.230	2.353	4.486	1.794
Provisão para passivos contingentes	91.980	41.391	85.753	34.301
Ajuste MTM de "hedge accounting"	-	-	2.549	1.020
Ajuste MTM de títulos disponíveis para venda	<u>3.269</u>	<u>1.471</u>	<u>43</u>	<u>18</u>
Total Geral	<u>152.490</u>	<u>68.621</u>	<u>151.162</u>	<u>60.465</u>

b. Constituição do passivo diferido

	2019		2018	
	Diferenças temporárias	Crédito tributário	Diferenças temporárias	Crédito tributário
Atualização de depósito judicial	118.021	53.109	120.453	48.181
Ajuste a valor de mercado – derivativos, títulos para negociação e títulos disponíveis para venda – hedge accounting	<u>9.046</u>	<u>4.071</u>	<u>103.856</u>	<u>41.542</u>
Total Geral	<u>127.067</u>	<u>57.180</u>	<u>224.309</u>	<u>89.723</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

[| Anterior](#) | [Índice](#) | [Próximo](#) |

O montante de créditos tributários não constituídos em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 29.165 (2018 – R\$ 26.457), decorrentes do saldo de principal de provisão para contingências cíveis e fiscais, pois de acordo com os assessores jurídicos do Banco, não há expectativa do período de realização das mesmas.

a. Movimentação de créditos tributários

	Exercício	
	2019	2018
Saldo inicial	60.465	47.709
Constituição de crédito tributário	20.059	24.332
Realização de crédito tributário	(11.903)	(11.576)
Saldo final	68.621	60.465

b. Movimentação do passivo fiscal diferido

	Exercício	
	2019	2018
Saldo inicial	89.724	75.959
Constituição / (Reversão) de crédito tributário referente à atualização de depósito judicial	4.928	1.718
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(37.472)	12.047
Saldo final	57.180	89.724

De acordo com o estudo técnico do Banco, a expectativa de realização dos créditos tributários é demonstrada abaixo:

Ano	2019		Ano	2018	
	Expectativa de realização de crédito tributário	Valor presente crédito tributário (taxa DI)		Expectativa de realização de crédito tributário	Valor presente crédito tributário (taxa DI)
2020	17.262	16.534	2019	15.125	14.215
2021	8.096	7.428	2020	6.777	5.986
2022	6.718	5.904	2021	6.283	5.216
2023	6.327	5.326	2022	6.118	4.773
2024	6.218	5.014	2023	5.972	4.379
A partir de 2025 (*)	24.000	17.038	A partir de 2024 (*)	20.190	12.345
Total geral	68.621	57.244	Total geral	60.465	46.914

(*) Período de 5 anos

22. Acordo da Basiléia

O Banco está enquadrado nos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 2.099/94, com alterações introduzidas pelas Resoluções CMN nº 4.912/13 e 4.913/13 e Circular BACEN nº 3.644/13, alterada pela Circular BACEN nº 3.834/17 apresentando índice de patrimônio em relação aos ativos ponderados, conforme segue:

	2019	2018
Risco de crédito	3.255.226	3.273.941
Risco de mercado	1.272.149	1.354.706
Risco operacional	595.559	661.369
Ativos ponderados pelo Risco (RWA)	5.122.934	5.290.016
Patrimônio de Referência (PR)	1.239.138	1.465.133
Patrimônio de referência exigido	409.835	456.264
Margem sobre patrimônio de referência requerido	829.303	1.008.869
Índice de Basiléia (IB) - PR/RWA	24,19%	27,70%

Ajuste prudencial

Em atendimento a Resolução CMN nº 4.277/13 com nova redação pela Resolução CMN nº 4.389/14, foram analisados os instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado para eventual ajuste prudencial, para os seguintes produtos:

1. Títulos públicos federais: “Títulos disponíveis para venda”.
2. Títulos privados marcados pelo valor de mercado – Letras financeiras e debêntures marcadas pelo valor de mercado.
3. Contratos futuros negociados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão.
4. Derivativos de Balcão – NDF e Swap.

Dentre os produtos avaliados acima, tivemos ajuste CVA - Credit Valuation Adjustment no produto “Derivativos de balcão – NDF e Swap” resultando um reconhecimento contábil na data-base de 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 904 (2018 – R\$ 2.075) conforme Nota 19.

Os demais itens não tiveram ajustes tendo em vista que os títulos públicos federais e contratos futuros são negociados de forma ativa e frequente e cujos

preços foram baseados em informações independentes, em que o preço refletia adequadamente o valor líquido provável de realização.

Com relação aos títulos privados, a metodologia de precificação já contempla o componente de risco de crédito.

23. Plano de previdência complementar

O Banco é patrocinador de um plano de benefício complementar, Plano de Benefícios Previdada de Benefício Definido, administrado pelo Multipensions Bradesco Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada, entidade fechada de previdência complementar. O saldamento desse plano ocorreu no 2º semestre de 2015.

Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente.

Os ativos estão alocados em 100% em renda fixa.

O cálculo atuarial é atualizado anualmente na data-base de 31 de dezembro.

Em 31 de dezembro de 2019, conforme cálculos atuariais, a “Previdada” apresentou obrigação atuarial a valor presente e valor justo dos ativos demonstrado abaixo:

Reconciliação do Valor das Obrigações Atuariais	2019	2018
Valor da obrigação no final do ano anterior	83.364	77.461
Custo dos juros	7.461	7.744
Remensurações	12.250	5.132
Benefícios pagos pela empresa	(6.653)	(6.973)
Valor da obrigação no final do ano	<u>96.422</u>	<u>83.364</u>

Reconciliação do Valor Justo dos Ativos	2019	2018
Valor justo dos ativos no final do ano anterior	70.254	69.592
Receita de juros	6.288	6.957
Remensurações	12.455	(631)
Contribuições da Empresa	1.729	1.309
Benefícios pagos pelo plano	(6.653)	(6.973)
Valor justo dos ativos no final do ano	84.073	70.254
Passivo / (Ativo) Líquido	<u>12.349</u>	<u>13.110</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

[| Anterior](#) | [Índice](#) | [Próximo](#) |

Valores Projetados a serem Reconhecidos no Resultado do Próximo Exercício	2020	2019
Custo líquido com juros		
Juros sobre as obrigações	6.815	7.461
Juros (retorno) sobre os ativos do plano	(5.942)	(6.288)
Total de despesa reconhecida no Resultado do Exercício	<u>873</u>	<u>1.173</u>

Conforme Deliberação CVM nº 695 de 13 de dezembro de 2012, foi reconhecido no decorrer do 2º semestre de 2019 a remensuração de provisão, incluindo os custos de juros e contribuições da empresa, o montante de R\$ 761 registrado na conta de passivos atuariais que totalizou o montante de R\$ 12.349 (2018 – R\$ 13.110).

As remensurações atuariais do plano de benefício definido Previda são registradas na conta do patrimônio líquido, líquido de valores tributários no montante de R\$ (8.076) (2018 – R\$ (8.933)).

Em 31 de dezembro de 2019 foram consideradas as seguintes premissas:

	2019
Taxa de inflação	4,00% ao ano
Taxa de desconto nominal	7,07% ao ano
Índice de reajuste de benefícios do Plano acima da inflação	Próximos 3 anos: 5,04 % ao ano

O Banco é patrocinador de um plano de previdência complementar, Fitprev Plano de Benefícios de Contribuição Definida, administrado pelo Multipensions Bradesco Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada, entidade fechada de previdência complementar, para seus funcionários e administradores admitidos após o fechamento do plano Previda, sendo que o valor da contribuição no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 3.141 (2018 – R\$ 3.125).

As obrigações atuariais do plano Fitprev estão substancialmente cobertas pelo patrimônio do plano.

24. Outras informações

a. Composição de receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias:

Essa rubrica é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Banco no semestre/exercício, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

[Anterior](#) | [Índice](#) | [Próximo](#) |

	2º Semestre		Exercício
	2019	2019	2018
Receitas e comissões e prestação de serviços	9.682	18.085	25.977
Garantias prestadas	3.678	7.007	6.379
Rendas de outros serviços	365	910	2.121
Tarifas bancárias	427	872	1.066
Cobrança	73	145	121
Taxa de administração	-	-	8
Total Geral	14.225	27.019	35.672

b. Composição de despesas de pessoal:

	2º Semestre		Exercício
	2019	2019	2018
Despesas de honorários	5.022	9.594	9.668
Despesas de pessoal - benefícios	5.867	12.122	11.844
Despesas de pessoal - encargos sociais	15.147	32.597	32.334
Despesas de pessoal - proventos (*)	34.709	73.611	75.045
Despesas de pessoal - treinamento	341	582	921
Total Geral	61.086	128.506	129.812

(*) Composto basicamente por salários, gratificações de função, férias, participação nos lucros e resultados, bônus por desempenho e 13º salário.

c. Composição de outras despesas administrativas:

	2º Semestre		Exercício
	2019	2019	2018
Despesas de serviços técnicos especializados	9.779	16.475	11.243
Despesas de processamento de dados	8.475	16.211	14.217
Despesas de amortização e depreciação	7.516	15.256	14.582
Despesas de serviços do sistema financeiro	5.969	11.134	12.369
Despesas de comunicação	1.548	3.125	3.040
Despesas de viagens ao exterior	1.217	2.759	3.491
Despesas de serviços de terceiros	1.455	2.621	3.107
Despesas de aluguéis	1.159	2.284	2.422
Despesas de serviços de vigilância e segurança	924	2.080	2.366
Despesas de manutenção e conservação de bens	702	1.553	1.684
Despesas de viagens no país	530	841	549
Despesas de água, energia e gás	380	818	861
Outras despesas	3.240	5.403	6.061
Total Geral	42.894	80.560	75.992

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

[Anterior](#) | [Índice](#) | [Próximo](#)

d. Composição de despesas tributárias:

	2º Semestre		Exercício
	2019	2019	2018
Despesas tributárias	5.397	9.491	8.102
COFINS	6.754	15.168	12.889
PIS	1.098	2.465	2.095
ISS	<u>639</u>	<u>1.221</u>	<u>1.680</u>
Total Geral	<u>13.888</u>	<u>28.345</u>	<u>24.766</u>

e. Composição de outras receitas operacionais:

	2º Semestre		Exercício
	2019	2019	2018
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	3.424	7.582	8.454
Atualização monetária de impostos e contribuições a compensar	38	125	902
Reversão de provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	960	1.858	581
Reversão de provisão para garantias financeiras prestadas	1.253	1.257	138
Recuperação de encargos e despesas	320	621	566
Ganho sobre levantamento depósito judicial	-	-	267
Outras receitas	<u>90</u>	<u>99</u>	<u>348</u>
Total Geral	<u>6.085</u>	<u>11.542</u>	<u>11.256</u>

f. Composição de outras despesas operacionais:

	2º Semestre		Exercício
	2019	2019	2018
Provisão para passivos trabalhistas	2.990	5.401	6.892
Provisão para riscos fiscais	2.522	4.496	4.028
Provisão para outros passivos contingentes	860	1.233	3.193
Provisão para garantias financeiras prestadas	660	2.737	3.457
Custo financeiro na deficiência do recolhimento compulsório	-	-	488
Outras despesas	<u>733</u>	<u>907</u>	<u>813</u>
Total Geral	<u>7.765</u>	<u>14.774</u>	<u>18.871</u>

g. Composição de resultado não operacional:

	2º Semestre	Exercício	
	2019	2019	2018
Receitas não operacionais	43	48	3.335
Lucro na alienação de valores e bens	43	48	43
Lucro na alienação de imobilizado de uso	-	-	3.292
Despesas não operacionais	(8.152)	(10.935)	(30)
Baixa de sistema - ativo intangível	(4.920)	(4.920)	-
Baixa de imobilizado de uso	(3.232)	(6.015)	-
Prejuízo na alienação de valores e bens	-	-	(30)
Total Geral	(8.109)	(10.887)	3.305

h. Gerenciamento de Risco

A descrição da estrutura relacionada ao gerenciamento de riscos do Banco MUFG Brasil S.A. encontra-se disponível no endereço eletrônico www.br.bk.mufg.jp.

Em atendimento à Resolução nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 do Conselho Monetário Nacional, o Banco MUFG Brasil S.A. instituiu a estrutura de gerenciamento de riscos que deve identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco de crédito, o risco de mercado, risco operacional, o risco de liquidez, risco socioambiental, risco de gerenciamento de capital e os demais riscos relevantes para o banco.

i. Razão Alavancagem (RA)

Em atendimento a Circular do Banco Central do Brasil nº 3.748 de 25 de fevereiro de 2015, as informações relacionadas à metodologia para apuração da Razão da Alavancagem (RA) encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.br.bk.mufg.jp.

25. Convergência as Normas Internacionais de Contabilidade

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

| [Anterior](#) | [Índice](#) | [Próximo](#) |

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 – Redução ao Valor recuperável de ativos (CPC 01 R1).
- Resolução nº 3.604/08 – Demonstração do fluxo de caixa (CPC 03 R2).
- Resolução nº 4.636/18 – Divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05 R1).
- Resolução nº 3.823/09 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25).
- Resolução nº 3.973/11 – Evento subsequente (CPC 24).
- Resolução nº 3.989/11 – Pagamento baseado em ações (CPC 10 R1).
- Resolução nº 4.007/11 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23).
- Resolução nº 4.144/12 – Pronunciamento conceitual básico (CPC 00 R1).
- Resolução nº 4.424/15 – Benefícios a empregados (CPC 33 R1).
- Resolução nº 4.534/16 – Ativo Intangível (CPC 04 R1).
- Resolução nº 4.535/16 – Ativo Imobilizado (CPC 27).
- Resolução nº 4.524/16 – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02 R2).

Contadora: Iracema Chou Ma

CRC: 1SP319654/O-0



Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do
Banco MUFG Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco MUFG Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco MUFG Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

Deloitte.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de março de 2020


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609 /O-8


Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5

Atendendo aos normativos do Banco Central do Brasil, foi estabelecido um componente organizacional de Ouvidoria que tem um Diretor Responsável que também é o Ouvidor, nos termos da Lei, cuja finalidade é de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação entre a instituição e seus clientes (usuários de seus produtos e serviços), inclusive na mediação de conflitos.

Horário de Atendimento: das 9hs às 18hs, em dias úteis

Telefone: 0800 770 4060

ENDEREÇO E TELEFONE

Matriz - São Paulo - SP

Av. Paulista, 1.274

Caixa Postal 2840

CEP 01310-925 Bairro: Bela Vista

Tel.: (0xx11) 3268-0211

Fax: (0xx11) 3268-0232